



Nº 1148 - Semanal
0,50 €

4 Abril 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvano Gomes da Silva

Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

SECRETARIADO PREPARA CONGRESSO

► Página 3



NÃO HÁ MEMÓRIA DE TANTA OBRA

O Governo socialista deixa para outros inaugurarem um conjunto de infra-estruturas, nomeadamente auto-estradas, estações e linhas ferroviárias e de metropolitano, aeroportos, estádios desportivos e de outros equipamentos como não há memória em Portugal. Este é o nosso verdadeiro legado. Mais do que uma linguagem de *economês*, há uma obra no terreno, bem visível, que beneficiará as populações em nome das quais o PS governou. O apanhado que o "Acção Socialista" realiza na presente edição está longe de ser exaustivo, pretende apenas dar nota da chuva de inaugurações que o PSD vai aproveitar sem que nisso tenha tido algum mérito ou responsabilidade. Mas, como alguém diria, "é a vida"!

► Páginas centrais

POLÍTICA NO FEMININO

O "Acção Socialista" apresenta nesta edição um *dossier* sobre a participação das mulheres na política com base no trabalho e na experiência de destacadas protagonistas que no PS se têm afirmado.

► Página 13

FUNDAÇÃO JOSÉ FONTANA

Desde 1977 que a Fundação José Fontana vem desenvolvendo um trabalho de formação, inicialmente nas áreas política e sindical, dedicando-se hoje em dia à esfera profissional.

► Página 8

A SEMANA REVISTA

Teve lugar a primeira reunião do Secretariado Nacional do PS após as eleições legislativas de 17 de Março, tendo ficado decidido convocar para Novembro o Congresso do Partido.

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, foi recebido em audiência pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, no âmbito das reuniões tendentes à constituição do XV Governo.

O eurodeputado Sérgio Sousa Pinto foi nomeado relator do Parlamento Europeu para a proposta da criação do Instituto Europeu de Estudos de Polícia.

O Presidente da República assumiu, na missa pascal da Igreja de S. Jorge de Arroios, o compromisso de que os problemas da imigração constituem uma prioridade para o Estado português.

Mário Soares participou em Valência numa conferência promovida pelo PSOE sobre "A globalização da dignidade da vida humana".

O Ministério da Cultura promoveu um conjunto de conferências sobre museus, que tiveram lugar nos Museus Nacional de Arte Antiga, Machado de Castro e Soares dos Reis.

O presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, escreveu a António Guterres, na sua qualidade de presidente da Internacional Socialista, pedindo-lhe ajuda para a crise no Médio Oriente.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ORGULHO



Fotomontagem António Colaço



A última reunião do Secretariado Nacional do PS, correspondendo às expectativas de militantes, simpatizantes e independentes, emitiu sinais claros de que o partido se encontra preparado para avançar determinadamente na busca dos novos caminhos do socialismo democrático do século XXI, sob a liderança de Ferro Rodrigues.

EDITORIAL

PREPARAR O FUTURO

O PS começou a preparar a alternativa ao Governo de direita na primeira reunião do Secretariado Nacional realizada após as eleições legislativas de 17 de Março. De imediato, a tarefa é interna e respeita à definição de novas regras de funcionamento, de organização do partido e de métodos de trabalho, de modo a poder estar pronto para enfrentar o próximo embate eleitoral que é o das europeias em 2004.

Partido de causas e valores, alicerçado numa história que muito nos orgulha, o PS, agora na oposição, irá com certeza posicionar-se na vanguarda da modernidade, apresentando soluções inovadoras para os problemas que hoje se colocam às pessoas, às famílias, ao Estado ou às empresas, abrindo-se ao mesmo tempo à sociedade civil, aos jovens, à cultura, à ciência, à inteligência, estimulando o espírito crítico e a participação cívica.

Por isso, faz todo o sentido que o Partido Socialista avance para a renovação programática e para a alteração estatutária de forma a polarizar em seu torno a reflexão sobre o futuro de Portugal num mundo complexo e contraditório, numa perspectiva de esquerda moderna e progressista.

Para enfrentar os problemas deste século, que se apresentam muitos deles à escala global, como resulta, desde logo, da questão ambiental, da imigração, do terrorismo, da criminalidade organizada, e de outros com dimensão nacional, por exemplo, as dificuldades na saúde, na educação ou na justiça, o PS tem agora tempo para se

apetrechar com novos instrumentos e soluções criativas que permitam dar a nossa resposta às questões do tempo de desafios em que vivemos.

A última reunião do Secretariado Nacional do PS, correspondendo às expectativas de militantes, simpatizantes e independentes, emitiu sinais claros de que o partido se encontra preparado para avançar determinadamente na busca dos novos caminhos do socialismo democrático do século XXI, sob a liderança de Ferro Rodrigues.

A esperança da esquerda passa por um Partido Socialista aberto e atento ao pulsar da sociedade contemporânea, que saiba dizer presente aos grandes combates cívicos e capaz de definir uma ambição para Portugal.



SILVANO GOMES DA SILVA

Silvano Gomes da Silva



Na primeira reunião após as eleições legislativas, o Secretariado Nacional do PS, por proposta de António José Seguro, deliberou extinguir a Comissão Permanente e passar a reunir semanalmente o próprio SN, enquanto principal órgão executivo do partido. Foi também decidido convocar para 20 de Abril a Comissão Nacional com o objectivo de iniciar o processo tendente à revisão dos estatutos e programa do partido, que irá reunir-se em Congresso no mês de

Novembro. A Comissão Nacional deverá voltar a ser convocada para 13 de Julho com o objectivo de aprovar as mudanças à orgânica do partido, entretanto decididas.

No que respeita aos estatutos, a intenção é alterá-los a duas velocidades. Primeiro, até ao Congresso, no que se refere à própria organização, mudando por exemplo a forma de eleição do secretário-geral que muito provavelmente passará a ser feita no próprio

RENOVAR O PS

conclave, ou alterando o tempo necessário para que um militante possa ascender aos órgãos nacionais do partido que está hoje nos 18 meses. Depois, no próprio Congresso, alterando outras matérias, como por exemplo a eleição dos corpos dirigentes das federações distritais, cujos congressos deverão ocorrer no final do corrente ano ou no início do próximo. Até ao

congresso deverão ser também preparadas propostas de mudança dos conteúdos programáticos do partido, alterações essas que podem mexer na nossa Declaração de Princípios.

Além manutenção dos pelouros já existentes no âmbito no Secretariado Nacional e da confirmação dos respectivos titulares - organização (António Galamba), relações internacionais (José Lamego) e trabalho (Fausto Correia) -, foram criados mais três: autarquias, preparação do congresso e gabinete de estudos que ficarão a cargo de José Sócrates, Paulo Pedroso e António José Seguro, respectivamente.

Para a direcção do grupo parlamentar, António Costa foi formalmente convidado a formar equipa para dirigir os deputados socialistas na Assembleia da República.

Enquanto partido de oposição, a estratégia do PS definida no SN passa por "não andar a reboque das agendas políticas dos outros", mantendo antes um "comportamento responsável", não hesitando, porém, em afirmar as diferenças quando discordem dos partidos que integram o Governo", afirmou António José Seguro que foi porta-voz da reunião nas declarações à Comunicação Social. O PS, segundo o ex-coordenador da Permanente, quer "uma relação permanente com os independentes" e faz questão de juntar fundadores e os novos militantes que aderiram desde as eleições, uma média de 40 por dia, nas comemorações do aniversário do partido, a 19 de Abril.

AGENDA INTERNA DO PS

19 de Abril

Comemoração dos 29 anos do PS com destaque para os novos militantes e fundadores do partido.

20 de Abril

Reunião da Comissão Nacional que vai iniciar o processo de alteração estatutária e revisão programática.

13 de Julho

Reunião da Comissão Nacional para aprovar as mudanças aos estatutos.

Novembro

Congresso Nacional, para o qual se prevê a reeleição do Ferro Rodrigues, uma nova mudança dos estatutos e provável alteração da Declaração de Princípios do PS.

MÉDIO ORIENTE

ARAFAT PEDE AJUDA A GUTERRES PARA RESOLUÇÃO DO CONFLITO

O presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, escreveu a António Guterres, enquanto presidente da Internacional Socialista, manifestando o desejo de que a próxima cimeira desta organização produza "recomendações e resoluções" que ponham fim ao conflito no Médio Oriente.

Na missiva, Arafat expressa ainda o desejo de que a IS continue a "dar apoio aos esforços da Autoridade Palestiniana no estabelecimento de uma paz desejada e justa na região".

Arafat reitera ainda o seu "total empenhamento no êxito das reuniões da IS, mesmo com a caótica situação" vivida actualmente no território palestiniano.

O próximo encontro da IS vai realizar-se entre 31 de Maio e 1 de Junho em Casablanca.

A carta enviada a António Guterres pelo presidente da Autoridade Palestiniana surge na sequência de uma outra enviada a 22 de Março por Guterres, enquanto presidente da IS, a Yasser Arafat, ao líder do Partido Trabalhista israelita e actual ministro da Defesa, Binyamin Bem Eliezer, e ao líder do partido Meretz (oposição), Iosi Sarid.

A carta enviada por Guterres aos três políticos, todos membros da IS, visava apelar à sua presença no encontro de Casablanca e manifestar o seu empenho na via do diálogo para a resolução do conflito.

MNE apela ao cessar-fogo

Entretanto, o Ministério dos Negócios



Estrangeiros portugueses lamentou na segunda-feira a "espiral de violência" vivida no Médio Oriente e apelou a um cessar-fogo entre Israel e palestinianos.

Em comunicado, sublinha que "só se poderá pôr cobro a este ciclo com a suspensão da ofensiva militar israelita nos territórios autónomos palestinianos e a restituição da liberdade de movimentos ao líder palestiniano, Yasser Arafat, indispensável para a retoma do

diálogo".

O comunicado acrescenta que, por outro lado, "a Autoridade Palestiniana deverá garantir um controlo efectivo dos seus elementos, de forma a pôr termo à presente vaga de atentados". O Governo português apela às partes para que estabeleçam um cessar-fogo imediato e retomem as negociações, a única via para uma paz duradoura e garantir a coexistência do Estado de Israel com um Estado palestiniano.

XIV GOVERNO

CONSELHO DE MINISTROS REUNIU-SE PELA ÚLTIMA VEZ

Chega ao fim um ciclo de governação marcado pela aposta no desenvolvimento económico com coesão social, na qualificação dos cidadãos, na sociedade do conhecimento e na cultura.

O XIV Governo Constitucional reuniu-se na semana passada pela última vez, num Conselho de Ministros marcado pela despedida de António Guterres do cargo de primeiro-ministro e pela transferência de poderes para o próximo Governo. Todos os ministros estiveram presentes na reunião, à excepção da titular do Planeamento, Elisa Ferreira, e do Desporto, José Lello, que foram representados pelos seus secretários de Estado.

A seguir à reunião na residência oficial de São Bento, em que António Guterres agradeceu aos seus ministros pela colaboração na governação,

realizou-se um almoço de confraternização.

Guterres falou com os ministros sobre a transferência de poderes para o próximo Executivo, liderado por Durão Barroso, mas apenas genericamente, uma vez que os assuntos relativos a cada ministério foram já tratados nos gabinetes.

O Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que determina a restituição dos valores dos descontos para instituições de previdência da ex-administração ultramarina após a independência das ex-colónias.

O Executivo aprovou ainda resoluções que ratificam planos de pormenor na Almuíña Grande, concelho de Leiria, na zona industrial de Tortosendo, concelho da Covilhã, e o plano de pormenor do centro do município de Aveiro.



LISBOA

LOJA DO CIENTISTA ABRIU AS PORTAS

A Loja do Cientista abriu, oficialmente, as suas portas em Lisboa. A operar num espaço na Av. Dom Carlos I, este novo espaço pretende ser para os investigadores aquilo que a Loja do Cidadão é para o público em geral.

O ministro cessante da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, que testou o funcionamento da loja perante uma audiência composta por muitas das pessoas que ao longo dos últimos anos trabalharam em relação directa com o seu ministério, sublinhou que a abertura da Loja do Cientista simboliza a passagem da ciência feita em português a actividade pública, por oposição a um tempo em que se dirigia apenas a um reduzido número de especialistas.

A nova loja tem como objectivo proporcionar aos cientistas, jovens investigadores, estudantes de pós-graduação e público em geral a possibilidade de tratar, num único local, dos respectivos processos, no âmbito das actividades apoiadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, bem como disponibilizar informação relacionada com esta instituição.

Com quatro mesas de atendimento personalizado, a Loja do Cientista tem capacidade para atender entre cem e duzentas pessoas por dia.

LEIS

COMPILAR PARA SIMPLIFICAR

O ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins, protagonizou na terça-feira o seu último acto público como membro do Governo do PS com a apresentação das conclusões de um relatório sobre simplificação legislativa, que classificou de "marco de modernidade" para o País. É mais uma boa herança deixada ao próximo Executivo.

Referindo que "todos temos consciência de que temos leis a mais, algumas mal feitas e, por vezes, inúteis", o ministro cessante sublinhou que "com este trabalho significativamente se marca o que eu espero que seja uma rota segura para a simplificação legislativa".

Agregar as leis numa compilação, criar um organismo capaz de denunciar os legisladores que não cumpram as regras e exigir a identificação dos autores dos diplomas, são algumas das principais soluções que o relatório avança.

Robin Andrade, presidente da comissão que elaborou o estudo, por sua vez, sublinhou que o problema da legislação é uma "questão tão essencial ao País como uma boa rede de auto-estradas".

NOVO GOVERNO AQUÉM DAS EXPECTATIVAS



À saída da audiência com o Presidente da República em que ficou formalmente a conhecer a composição do elenco governativo, o secretário-geral do PS considerou "relativamente normal" que Durão Barroso tenha chamado para o Governo nomes que integraram o executivo de Cavaco Silva, embora sublinhando que a renovação ficou aquém das expectativas geradas.

"Parece-me relativamente normal nos partidos haver sempre uma lógica de continuidade e uma lógica de alguma renovação. Mas é evidente que foram criadas expectativas muito elevadas de que haveria uma grande renovação, com muitos independentes e jovens, e isso não aconteceu", declarou Ferro Rodrigues.

Afirmando "compreender as dificuldades que há na formação de governos, nomeadamente de coligação", Ferro Rodrigues foi o único dos

líderes da oposição a desejar "as maiores felicidades pessoais a Durão Barroso e à sua equipa".

"São pessoas conhecidas pela sua actividade política em governos que foram derrotados em legislativas, mas isso faz parte da democracia e da alternância", frisou o líder do PS que se encontrava acompanhado de António Costa, Paulo Pedrosa, José Sócrates, Jorge Coelho e António José Seguro.

Mais importante do que a composição do Executivo, disse o secretário-geral do PS, "é saber qual é o programa do Governo e qual a prática política que o PSD vai desenvolver", para em seguida sublinhar que "já passaram 16 dias desde as eleições, ainda falta saber a lista dos secretários de Estado, vamos ter um período de debate do programa do Governo e vamos ver as verdadeiras intenções dos partidos".

CONSTÂNCIO REITERA

NÃO HÁ CRISE ECONÓMICA

O governador do Banco de Portugal, Vitor Constâncio, rejeitou liminarmente a ideia de que o País atravessa uma crise económica.

Vitor Constâncio, que falava à saída de um encontro com o Presidente da República, no Palácio de Belém, afirmou que "Portugal vive uma crise orçamental, mas não se pode concluir que haja uma situação de crise económica".

Segundo o governador do Banco de Portugal, a

crise orçamental vai ter que ser resolvida pelo novo Governo, reiterando a necessidade de serem tomadas medidas firmes para controlar a despesa pública, incluindo a moderação salarial da Função Pública em 2003.

Quanto ao défice público, Vitor Constâncio sublinhou ainda que existem algumas incertezas acerca do apuramento final do défice para 2001.



SAMPAIO REAFIRMA

PROBLEMAS DA IMIGRAÇÃO SÃO PREOCUPAÇÃO PRIORITÁRIA

O Presidente da República assumiu o compromisso de que "os problemas da imigração constituem uma preocupação prioritária" para si e para o Estado português, e apelou ao combate dos "casos de ilegalidade e exploração laboral".

Perante as largas centenas de imigrantes de Leste que acorreram à Igreja S. Jorge de Arroios, em Lisboa, para participar na missa pascal, Jorge Sampaio sustentou ainda que o Estado tem o "dever de não permitir situações de abuso e discriminação" para com os imigrantes.

Quanto ao compromisso que pretendeu assumir, Jorge Sampaio justificou-o com os muitos obstáculos que existem à integração social e económica dos imigrantes em Portugal, onde "muitos vivem em situações difíceis e precárias", a que acresce o facto de "por vezes não se respeitar" a lei que regula os direitos destes cidadãos.

À saída da igreja, o Chefe de Estado disse que pretendeu deixar uma mensagem de "alerta permanente" e de "solidariedade" para com todos os imigrantes em Portugal.



ALBERTO SOUTO FILIA-SE NO PS



Apadrinhado por Ferro Rodrigues, Alberto Souto, presidente da Câmara Municipal de Aveiro, reeleito nas autárquicas de Dezembro, filiou-se no PS. O autarca é mais uma das personalidades a responderem ao apelo feito na noite eleitoral por Ferro Rodrigues, para que os independentes que acompanharam o PS aderissem maciçamente ao nosso partido. Responderam a esse apelo, até agora, além de Alberto Souto, a diplomata Ana Gomes e o jornalista Vicente Jorge Silva.

NOVOS DEPUTADOS

ESPÍRITO DE SERVIÇO PÚBLICO

Para assumir o desafio de representar e defender os interesses dos portugueses, os deputados eleitos pelo PS para a Assembleia da República contam com o seu espírito de serviço público e com incentivo e determinação, armas que juntarão ao património ideológico do Partido, com vista a consolidá-lo, desde já, como alternativa credível ao próximo Governo. Procurar que se promova a coesão e a solidariedade, zelar pelo respeito dos compromissos assumidos, com serenidade e competência, sem ceder a facilismos ou concessões. São estas as metas traçadas pelos novos deputados contactados esta semana pelo "Acção Socialista", numa edição que culmina este espaço criado para dar a conhecer as expectativas dos novos rostos da bancada parlamentar do PS.

MARY RODRIGUES



ELISA FERREIRA

OPOSIÇÃO EXIGENTE E COMPETENTE

A cabeça-de-lista eleita pelo círculo de Braga para a Assembleia da República é economista, tem 47 anos, e desempenhou funções como ministra do Ambiente e titular da pasta do Planeamento nos dois Executivos chefiados por António Guterres.

Será com "entusiasmo" que Elisa Ferreira exercerá, pela primeira vez, o mandato de deputada da Nação, afirmando sentir sobre os ombros uma "enorme responsabilidade perante o PS e o País", que espera corresponder com "espírito de serviço público".

Depois de seis anos plenos de actividade governativa, a novel parlamentar está apostada em "dar o seu melhor contributo", mantendo o contacto com

as pessoas, em prol dos interesses de Portugal, mas reservando sempre espaço para defender as aspirações das gentes do distrito de Braga.

A salvaguarda do bem-estar dos portugueses é uma tarefa a que Elisa Ferreira não pretende furtar-se, contando para tal com os conhecimentos e a experiência que a sua formação académica e os anos de chefia ministerial acrescentaram ao seu exigente sentido de competência.

Assim, a nova coligação governativo-parlamentar de direita pode contar com a "oposição forte e construtiva" que a deputada por Braga pretende ajudar a desenvolver no seio da bancada socialista, porque "o PS fez, ao longo dos últimos seis anos, um trabalho sério em diversas áreas menos mediáticas que importa preservar e fazer evoluir", pois "Portugal não pode dar-se ao luxo estagnar ou regredir".

Segundo Elisa Ferreira, caberá ao PS, como oposição, dar uma atenção "rigorosa e exigente" a áreas estratégicas e essenciais para o crescimento e desenvolvimento do País.

E porque a luta promete e o trabalho é

árduo, Elisa Ferreira garante categoricamente que não aceitará intervir em sectores para os quais não se sinta habilitada técnica e pessoalmente. Atendendo ao seu percurso profissional e governativo, a recém eleita deputada apontou como áreas de intervenção prioritária a economia, ambiente, assuntos europeus/internacionais, desenvolvimento espacial e territorial. A economista confessa sentir muito interesse pelas questões ligadas ao apoio do interior, à discriminação fiscal, ao Alqueva e Aldeias Históricas da Beira. São estas matérias em que a administração socialista deu um valioso contributo e que perigam com o a nova "aliança" de centro-direita, que tomará posse depois de amanhã.

"É fundamental dar continuidade às políticas de desconcentração", pois, na opinião da ainda ministra, "o País não se desenvolverá se persistirem áreas de exclusão".

Neste sentido, Elisa Ferreira citou um outro *dossier* a fiscalizar, o da gestão do quadro comunitário de apoio, que qualificou como sendo de "importância vital para Portugal".



AUGUSTO SANTOS SILVA

RENOVAR SEM PERDER DE VISTA PATRIMÓNIO E HISTÓRIA DO PS

"Elevadas". É este o adjectivo que Augusto Santos Silva escolheu para qualificar as expectativas geradas pela sua recente eleição para a Assembleia da República como deputado socialista do círculo eleitoral portuense.

Depois de seis anos de experiência governativa, este professor universitário de 45 anos vai estreiar-se na bancada parlamentar de São Bento na próxima

legislatura. E se o cargo de deputado é uma novidade seguida de algumas reticências, o facto de assumir no seio de um grupo parlamentar de qualidade "bastante boa", torna o trabalho de equipa mais aliciente.

Incentivo e muita determinação serão "armas" essenciais para os "dois combates políticos muito importantes" que, segundo o ex-ministro da Educação e actual titular da pasta da Cultura, os socialistas têm pela frente.

O primeiro deles, a oposição à maioria de direita, deve pautar-se, na opinião do novel parlamentar, pela seriedade e a responsabilidade.

A luta deve, portanto, centrar-se "no confronto de ideias" e "não na agressividade pessoal", feita em nome dos valores do socialismo democrático e do que este estabelece como sendo "o interesse público".

Todavia, a oposição do PS deverá ser, para

Santos Silva, "uma oposição firme, sem concessões".

O outro combate, o segundo, prende-se com a renovação do Partido Socialista. Um processo que o professor Augusto Santos Silva entende dever ser levado a cabo "sem perder de vista o património e a história do PS".

O percurso não deverá obedecer, pois, a modas, nem ceder perante exclusões, procurando uma "renovação profunda", que passe por um maior debate e participação interna, bem como pela maior abertura à sociedade e actualização de programa e de métodos.

A propósito das áreas de intervenção prioritárias, o recém-eleito deputado, ressalva que, não havendo ainda indicações do GP/PS, julga que serão aquelas ligadas às políticas de educação, cultura e ciência, na medida em que são as que correspondem mais ao seu perfil académico e profissional.



MANUEL SILVA PEREIRA

CORPORIZAR O PROJECTO SOCIALISTA

Depois de exercer funções no Governo do PS enquanto secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, encara o exercício das funções de deputado da Nação na Assembleia da República como "uma grande responsabilidade" e como

"mais uma forma de intervenção cívica" na vida pública do País.

Manuel Silva Pereira é jurista de formação, professor universitário e, com 40 anos, vai sentar-se nos bancos do hemiciclo de São Bento, "ao serviço do projecto do Partido Socialista e do desenvolvimento do País com coesão social e territorial". Quanto à sua actuação parlamentar, o recém eleito deputado pelo círculo de Vila Real, diz que as suas prioridades são as do PS: "promover uma oposição construtiva, que fiscalize eficazmente a performance do novo Executivo e consolide a afirmação do Partido Socialista como alternativa credível de governo".

"O PS apresentou-se nas últimas eleições legislativas com um projecto de governo

que corporiza o projecto socialista", defende, afirmando que "isso servirá de referência à acção do GP/PS na oposição, nos próximos anos".

Por outro lado, Silva Pereira promete ser "especialmente exigente no que se refere à resolução dos problemas de Vila Real", garantido ainda que tenciona, por isso, "contribuir activamente para que, na Assembleia da República, o distrito tenha voz própria".

Assim, o novo deputado estará atento, entre outras coisas, à conclusão do IP3 e ao seguimento das intervenções do Programa Polis para Chaves e Vila Real, bem como à salvaguarda e valorização da zona classificada do Alto Douro Vinhateiro.



MAXIMIANO MARTINS

JUNTAR ESFORÇOS REFORMADORES

"Imperativos de consciência" fizeram com que Maximiano Martins assumisse uma candidatura a deputado na Assembleia da República pelo Partido Socialista.

O economista madeirense diz ter sentido, aos 52 anos, uma necessidade "indispensável de afirmar posições cívicas e políticas na região".

Para o novel parlamentar da República, a Região Autónoma da Madeira (RAM) "enfrenta três problemas de grande relevância, pelo que importa juntar

esforços reformadores".

Neste sentido, Maximiano Martins deverá bater-se nas "arenas" de São Bento pelo fim de "um modelo político sem diversidade democrática, de base autoritária e próprio de 25 anos de poder"; lutar contra "um modelo económico de base estatista, funcionando na esfera do poder político e sem características de sustentabilidade económica, social e ambiental" e ajudar a mudar "um cenário certo de diminuição de recursos financeiros transferidos do exterior", com a redução dos financiamentos do Orçamento de Estado e da União Europeia.

"Encontrar propostas para os problemas, colaborar na afirmação da diversidade democrática e apoiar a preparação da alternância" são objectivos maiores" desenhados para a vida de representante do povo no Parlamento.

"As expectativas estão necessariamente

ligadas aos objectivos traçados", diz Martins, acrescentando que espera a sua intervenção na Assembleia da República "sirva os interesses da Madeira e dos madeirenses e, conseqüentemente, de Portugal".

A formação de economista e a experiência na gestão de programas comunitários "aconselham" Maximiano Martins ao acompanhamento das áreas económico-financeira, dos fundos comunitários e do alargamento.

Segundo este novo deputado, "garantir uma perspectiva de coesão e solidariedade territorial responsável é essencial face à gestão de um Governo da República de cariz neoliberal que procurará regressir em áreas sociais com impactos nas Regiões Autónomas".

Os *dossiers* do relacionamento da República com a RAM estarão, assim, na linha de prioridades de Maximiano Martins.



FERNANDO CABRAL

HONRAR COMPROMISSOS

"Contribuir para que o sistema democrático funcione cada vez melhor em Portugal" e ajudar a criar melhores condições de vida para os portugueses são duas das metas traçadas por Fernando Cabral, que, aos 45 anos, assumirá funções, pela primeira vez, como deputado.

Eleito pelo PS círculo da Guarda, este professor de educação física quer "dar voz aos problemas do distrito e do interior", para que seja possível um desenvolvimento

e crescimento mais equilibrado, minorando as assimetrias desta região, relativamente ao litoral.

Interessam-lhe, por isso, "todas as questões que se prendam com medidas de discriminação positiva, como o aumento dos benefícios fiscais para as zonas rurais do interior".

É esta igualdade entre regiões e a ideia de fazer uma oposição "com muita serenidade e responsabilidade" que norteiam, para já, aquela que será a actuação parlamentar de Fernando Cabral, que destaca igualmente a importância de fazer valer os princípios e valores do PS, bem como as "bandeiras eleitorais socialistas", mesmo tendo perdido as recentes eleições legislativas.

Cabral confessa-se "mais sensibilizado"

sobretudo para as questões de um desenvolvimento regional", procurando que este seja mais "harmonioso" e acabando com os desequilíbrios, mas não esquece o desporto, a juventude a educação e o poder local como áreas de intervenção prioritárias do seu interesse. Falando ao "Acção Socialista", o docente lembrou "o desrespeito pelo poder local que se verificou antes de 1995, durante a administração cavaquista" e que sofreu uma forte e evidente inversão com o Governo do PS liderado por António Guterres.

Sobre o desporto, as preocupações do professor centram-se no Campeonato Europeu de Futebol Euro-2004, matéria sobre a qual disse haver necessidade de, "em devido tempo", manter e honrar os compromissos assumidos pelo País.



FUNDAÇÃO JOSÉ FONTANA

PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ASSOCIATIVISMO



Fundação *José Fontana*



Próxima da área socialista, a Fundação José Fontana, instituição de utilidade pública desde 1978, com sede na Av. das Descobertas, em Lisboa, tem como objectivo central a promoção e o desenvolvimento do associativismo democrático, através da realização de acções em várias áreas.

J. C. CASTELO BRANCO

Segundo refere o seu secretário-geral, António Reis, a Fundação José Fontana "orienta-se pelos valores e princípios da liberdade, da igualdade, da justiça, da fraternidade e dos direitos humanos", e tem por finalidade "fomentar o associativismo através da organização e apoio a acções de formação a todos os níveis".

Para a prossecução dos seus objectivos, António Reis adianta que a Fundação "promove a realização de cursos de formação, seminários, colóquios e edita regularmente publicações da área das ciências sociais ou doutrinárias, como seja a edição da revista de reflexão e crítica

"Finisterra".

Entre as obras editadas pela Fundação, destaque para "Pequeno Dicionário do Movimento Socialista Português" e "O Socialismo do Futuro", livro dado à estampa para comemorar o 10º aniversário da revista "Finisterra".

A Fundação José Fontana, no âmbito das relações de colaboração que mantém com outras instituições similares estrangeiras, designadamente com as dos PALOP's, está filiada na Federation Internationale des Associations pour l'éducation des Travailleurs. A formação profissional ocupa um lugar de

destaque entre as actividades da Fundação, contribuindo assim para que se atinja uma aspiração de todo o trabalhador: desenvolver uma actividade profissional de forma qualificada, competente, melhor remunerada e socialmente útil.

Nesta área, em que é reconhecida a qualidade das acções que promove, a Fundação tem actualmente em execução um plano integrado de formação profissional, em período laboral e pós-laboral, que envolve 15 formadores e 70 formandos.

Destinados a empregados ou desempregados, licenciados, bacharéis ou o 12º ano como mínimo, são cinco os cursos ministrados – controlo em gestão de recursos humanos; gestão de recursos humanos em ambiente informático; formação de consultores de PME's; como utilizar multimédia e informática e a gestão estratégica.

Os cursos, que são ministrados por formadores

com habilitações adequadas e uma vasta experiência, desdobram-se em várias dezenas de acções.

Formação de quadros sindicais

Criada por escritura pública em 1977, a Fundação, que teve como seu primeiro secretário-geral Maldonado Gonalves, manteve nos finais da década de 70 uma estreita colaboração com organizações congéneres, em particular com a Fundação Friedrich Ebert, o que permitiu, segundo Francisco Dias da Silva, do Conselho Directivo, que a Fundação tivesse tido "uma acção preponderante na formação de quadros sindicais, quase todos oriundos da área do socialismo democrático, através de milhares de acções de formação de norte a sul do País".

Dias da Silva adianta que "tal facto originou, inclusive, que esses activistas e militantes

sindicais, não se revendo nos sindicatos de forte influência comunista, tivessem eles próprios criado alternativas sindicais democráticas, num movimento que teve a aderência de milhares de trabalhadores em todo o País e dos mais diversos sectores de actividade, e que resultou na criação da UGT". Por outro lado, Dias da Silva refere ainda que a Fundação José Fontana "deu também um forte e decisivo contributo na formação de quadros políticos, em resultado do qual foi possível criarem-se inúmeras associações com as mais diversas associações com as mais diversas finalidades". Actualmente, frisa, por "ausência de ajudas externas", a Fundação orienta a sua acção "essencialmente para a formação profissional, participada em grande escala pela Comissão Europeia e pelo Estado português.

Revista de reflexão e crítica

Na área editorial e cultural a jóia da coroa da Fundação é a revista de reflexão e crítica "Finisterra", de periodicidade trimestral, dirigida pelo professor Eduardo Lourenço. Joaquim Jorge Veiguinha, coordenador da "Finisterra", sublinha que a revista "pretende reflectir sobre questões de interesse social,

político e cultural, tentando, simultaneamente, jogar com a actualidade dos temas e a sua universalidade".

Uma revista com as características da "Finisterra", acrescenta Veiguinha, "está sempre atenta ao debate europeu e mundial sobre as alternativas às políticas neoliberais, sendo também um espaço de debate e reflexão sobre as diferentes correntes do socialismo democrático".

No último número da "Finisterra", com o tema "O mundo em crise" em pano de fundo, podem ler-se artigos de Eduardo Lourenço, Fernando Pereira Marques, Carlos Gaspar, Joaquim Sarmiento, João Soares Santos, Joaquim Jorge Veiguinha, Fernando Gandra, Paulo Mendes Pinto, Filipe Abreu Nunes, Alfredo Margarido e Dieter Dillinguer.

A revista, que foi objecto recentemente de uma renovação gráfica da autoria da designer Inês Faria, conta ainda com a excelência dos cartoons de Brito.

CORPOS SOCIAIS

Conselho de fundadores
João Proença (presidente)

Secretário-geral
António Reis

Conselho Directivo
António Reis
Fernando Pereira Marques
Francisco Dias da Silva
Vitor Ramalho

Conselho Revisor de Contas
Mário Nunes da Silva (presidente)

OBJECTO SOCIAL

A Fundação tem por finalidade promover o desenvolvimento do associativismo, visando a construção de uma sociedade mais livre, igualitária e justa, com total respeito pelos Direitos do Homem e pela Constituição portuguesa cumprindo-lhe, designadamente, a promoção de acções de formação a todos os níveis.



*Converte-te em Eslovénia, a nossa velha Europa,
parece-tes digna de mais alto destino, mas provavelmente
é mais iludido de gregos que nem os nossos romanos queeres castigar.
Coma apêndice do nosso milenário destino, de europeus,
a passagem ao "euro" é um acontecimento considerável.
Devia ser uma festa se dessem alguém - a Europa - para a festejar.
Mas a Europa é a que nós esperamos que o "euro" nos inunde,
uma coisa "materialista" das coisas que não deixa de ser indolente.*

Eduardo Lourenço

NÃO HÁ MEMÓRIA DE TANTA OBRA

O Governo socialista deixa para outros inaugurarem um conjunto de infra-estruturas, nomeadamente auto-estradas, estações e linhas ferroviárias e de metropolitano, aeroportos, estádios desportivos e de outros equipamentos como não há memória em Portugal. Este é o nosso verdadeiro legado. Mais do que uma linguagem de *economês*, há uma obra no terreno, bem visível, que beneficiará as populações em nome das quais o PS governou. O apanhado que o "Acção Socialista" realiza na presente edição está longe de ser exaustivo, pretende apenas dar nota da chuva de inaugurações que o PSD vai aproveitar sem que nisso tenha tido algum mérito ou responsabilidade. Mas, como alguém diria, "é a vida"!

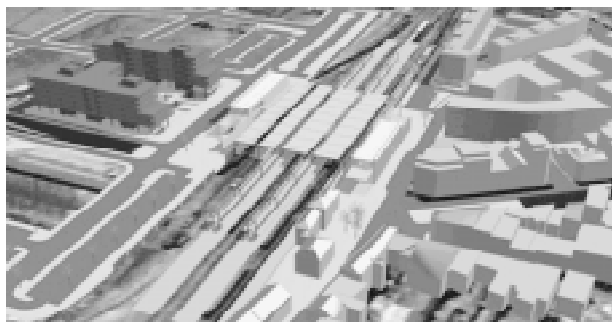
REDE VIÁRIA

- Auto-estrada para o Algarve. A A2 foi iniciada em 1966 com um troço de 16 km até ao Fogueteiro e durante os governos do PSD chegou apenas até Palmela. No início do Verão estará em condições de ser usada em toda sua extensão e representa a conclusão do IP 1 desde Valença - inaugurado em 1998 - até Faro.
- Em Fevereiro de 2003 abrirá a SCUT (sem custos para o utilizador) entre Alcantarilha, Lagoa e Lagos. Conjugada com a Via do Infante passa a constituir a auto-estrada do Algarve, do Barlavento ao Sotavento, sem pagamento de portagens.
- A SCUT da Beira Interior encontra-se toda em obra, prevendo-se a inauguração do troço Mouriscas/Gardete em Junho ou Julho, e três meses depois poderão abrir ao público mais 60 quilómetros correspondentes ao troço Guarda/Caria. Prevê-se a conclusão desta importante obra no próximo ano.
- A Brisa, que atinge este ano mil quilómetros da sua rede, tem previsto para Abril a abertura da Circular Regional Sul de Braga com ligações à A3 e às estradas nacionais 14 e 101; esta concessionária tem também prevista a abertura do lanço da A13 Santo Estêvão/Pegões/Marateca, na ligação A2/A6, na extensão de 33 quilómetros.
- Também no próximo Verão, a Figueira da Foz e Coimbra passam a ficar ligadas por auto-estrada, a A14, que inclui o último lanço de cinco quilómetros até ao nó da A1.
- Até 2004 estará construído e a funcionar a parte mais significativa da rede nacional de auto-estradas estabelecidas no programa 1998/2007, numa extensão de 2678 quilómetros, dos quais 1275 construídos e a construir pelos concessionários privados com investimentos de cerca de 6980 milhões de euros.
- Para ser concluído até ao final de 2006, encontram-se os últimos troços das concessões da AENOR (Minho/Trás-os-Montes), do IC16/IC30 (Sintra/Lisboa) e das SCUT (sem custos para os utilizadores) do IP3, do IP5, do Grande Porto e do Norte Litoral.
- Ainda sem concurso lançado, mas já projectadas, encontram-se as concessões com portagens do IC24 (Porto), IC12 (Mira/Mangualde) e Baixo Tejo (Alcochete/Porto Alto), com 135 quilómetros por construir e cuja conclusão está prevista até ao final de 2007.



REDE FERROVIÁRIA

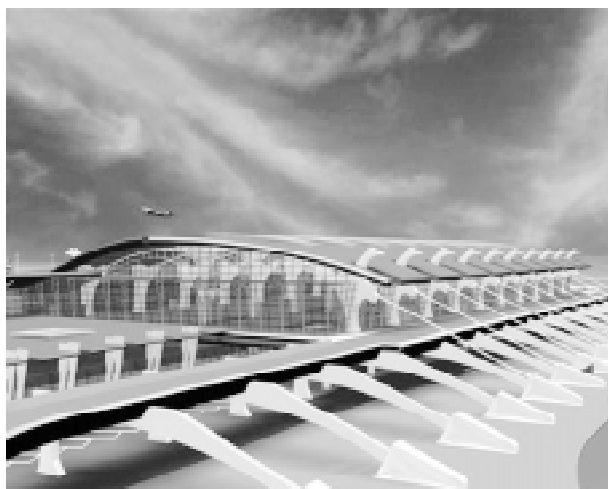
- Até 2004, os planos de modernização da rede ferroviária incluem a ligação Lisboa/Porto em duas horas e meia de viagem para o Algarve através da Ponte 25 de Abril, enquanto a Linha da Beira Baixa estará electrificada até Castelo Branco e nas linhas de Sintra e Cascais haverá novas estações.
- A REFER tem em marcha até 2004 uma grande revolução ferroviária que compreende um investimento de 450 milhões de euros na linha Porto/Minho, na linha do Douro até Caíde/Marco, linha do Minho até Nine/Braga, no ramal de Braga e na linha de Guimarães que passa a via larga. Estes empreendimentos incluem a modernização, electrificação, sinalização das linhas e a supressão de duas centenas de passagens de nível, reduzindo a cerca de metade o tempo das viagens.



METROPOLITANOS

- O Metro de Lisboa atingirá Odivelas e Santa Apolónia em fins de 2003 e a Amadora no Outono de 2004, ao mesmo tempo que está em curso o prolongamento da linha vermelha da Alameda a S. Sebastião.
- A primeira fase do Metro do Porto deverá ficar concluída em 2004, com os comboios a chegar a Matosinhos, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Trindade, Antas e aeroporto Sá Carneiro.
- O Metro do Sul está pronto a ser adjudicado, prevendo-se que em 2004 esteja construída a primeira fase com os comboios a chegarem a Corroios e Monte da Caparica.





SAÚDE

- O Hospital de Tomar está a receber a última parte do equipamento estando praticamente pronto a inaugurar.
- O Hospital de Santiago do Cacém encontra-se na fase final de construção.
- A urgência do Hospital de Portalegre está concluída.
- Decorrem obras de ampliação e remodelação nos hospitais de Curry Cabral e Francisco Xavier.
- Ficam por inaugurar 55 novos Centros/Extensões de Saúde.

AEROPORTOS

- No aeroporto do Porto está previsto pela ANA até 2005 um investimento de 260 milhões de euros a que corresponderá um aumento significativo da capacidade de três para seis milhões de passageiros/ano, de carga e de estacionamento de aeronaves.
- No aeroporto da Portela, os investimentos serão de 160 milhões de euros para trabalhos de ampliação, que representam o aumento da capacidade de nove para 14 milhões de passageiros/ano, maior complexo de carga e de plataformas de estacionamento.
- O aeroporto de Faro, cuja aerogare foi inaugurada em 2001, vai beneficiar de melhoramentos no valor de 47 milhões de euros.



DIVERSOS

- O porto de águas profundas de Sines e o terminal de gás natural estarão prontos a funcionar já em 2003, correspondendo a um investimento de 500 milhões de euros.
- Lançados os programas POLIS e o PROQUAL, destinados a grandes operações de requalificação urbanística de 35 localidades, estarão no próximo ano em condições de serem inaugurados.
- No biénio 2002/3, estão em conclusão ou a sofrer obras de grande envergadura, os tribunais de Almada, Almodôvar, Cadaval, Entroncamento, Faro, Felgueiras, Marinha Grande, Melgaço, Mesão Frio, Nordeste, Penacova, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Ribeira Grande, Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores, Satão, Silves, Vila Flore, Vila Franca do Campo e Viseu.
- A barragem do Alqueva estará em condições em 2003 de passar a produzir energia eléctrica - caso haja água - e alimentar o perímetro de rega de Odivelas, no distrito de Beja, além de quatro novas barragens que se encontram em fase de construção.
- As Pousadas de Juventude de Portalegre e Alijó estão em fase de acabamentos.
- Foi lançado o concurso público para o Centro Nacional de Juventude.
- No âmbito do Ministério da Educação o próximo Governo pode inaugurar nos próximos tempos 39 novos pavilhões desportivos e 20 escolas secundárias.
- Encontram-se em conclusão cinco cibercentros e estão disponíveis para entrega 2500 computadores no âmbito da Geração Milénio.
- Estão praticamente prontos os novos Centros de Ciência Viva de Ovar, Amadora, Açores, Estremoz, Setúbal e Proença-a-Nova.
- A rede nacional de bibliotecas continuará a crescer com a construção de novos espaços de leitura de Águeda, Aguiar da Beira, Alenquer, Aljustrel, Arruda dos Vinhos, Barreiro, Boticas, Fornos de Algodres, Grândola, Lousã, Mangualde, Montemor-o-Velho, Tavira Vila do Conde e Vila Franca de Xira, o que representa um investimento superior a nove milhões de euros.
- Em 2004 o próximo Governo poderá também inaugurar dez novos estádios de futebol.

NATÉRCIA CONSTÂNCIO

É NECESSÁRIO REVITALIZAR AS SECÇÕES

Natércia Constâncio, secretária-coordenadora da Secção de Fátima, defende ser necessário revitalizar a actividade política das Secções, bem como o aprofundamento da informação e comunicação entre os órgãos dirigentes e as bases. Esta camarada, advogada, teve rasgados elogios à actuação de António Costa, à frente da pasta da Justiça, e à liderança de Ferro Rodrigues.

Militante do nosso partido desde 1993, lembra no entanto que já desde 1989 participava intensamente com familiares em campanhas do PS, nomeadamente com Jorge Sampaio e António Costa. "Em 1993 decidi inscrever-me porque muitos familiares e amigos me perguntavam: 'Fartaste-te de trabalhar, porque é que não entras no partido?' e também porque em diversas situações vi que havia pessoas que tinham receio de se afirmarem socialistas. Para além destes aspectos, considero que ser militante implica um certo número de obrigações que na altura estava em condições de cumprir com um forte empenho, porque tinha mais disponibilidade", conta.

Mulher de acção, empenhada em causas, Natércia Constâncio assumiu em pleno a sua condição de militante, e ocupa diversos cargos, alguns dos quais onde ainda se mantém: Secretariado da Secção de Fátima, Comissão de Jurisdição da FAUL, Grupo de Estudos da Concelhia de Lisboa.

No âmbito das suas actividades partidárias, Natércia Constâncio recorda a criação de um gabinete jurídico de apoio a camaradas mais carenciados quando a FAUL era dirigida por Joaquim Raposo, que deu logo luz verde à iniciativa.

"O gabinete chegou a funcionar com 12 juristas e ajudámos muitos camaradas. Foi uma experiência enriquecedora e muito gratificante. No entanto, esta experiência só durou um ano porque não tivemos qualquer apoio, nomeadamente de equipamentos", afirma.

No plano autárquico, foi presidente interina da Mesa da Assembleia de Freguesia de Coração de Jesus, uma experiência que classifica de "muito positiva", porque, entre outros aspectos, lhe permitiu "ter um maior conhecimento dos problemas com que se defrontam as autarquias". Na presidência deste órgão faz uma política inovadora de descentralização, ao realizar assembleias em diversas instituições e escolas da freguesia. "O objectivo era estarmos mais próximos dos cidadãos", explica.



Ferro: a grande esperança

Militante de base, atenta à vida interna do partido, defende uma revitalização das Secções, que passa, nomeadamente, pela comunicação entre os órgãos dirigentes e estas estruturas. "Há material humano nas bases que não é aproveitado. Não há formação política. Há um divórcio entre os dirigentes e as bases. Só a Concelhia de Lisboa, liderada pelo camarada Miguel Coelho, tem tentado apoiar as bases na área da informação e formação", afirma.

Particularmente satisfeita com o novo secretário-geral, Natércia Constâncio não lhe poupa elogios. "É a grande esperança de todos os socialistas. Para além da sua competência, Ferro Rodrigues já deu provas de que com a sua liderança possam ser retomados alguns dos ideais de sempre do PS que têm andado arredados do discurso e da prática", afirma, acrescentando que Ferro Rodrigues foi decisivo para que nas últimas legislativas "o PS tivesse obtido um resultado acima das expectativas, dadas as circunstâncias adversas, nomeadamente os motivos que levaram à demissão de Guterres e o facto de a generalidade da imprensa e da televisão nos serem adversos".

O desempenho de António Costa, enquanto

ministro da Justiça, uma área que lhe é particularmente cara, é também alvo de elogios. "António Costa revelou grande coragem e determinação em fazer sair a justiça do marasmo em que se encontrava. Nem todas as

suas medidas terão sido as melhores, mas foram globalmente positivas se as considerarmos integradas num plano de renovação da justiça".

J. C. CASTELO BRANCO

PREFERÊNCIAS



Político nacional
Jorge Sampaio

Político estrangeiro
Salvador Allende

Livro
"As memórias de Adriano"
de Marguerite Yourcenar

Escritor
Eça de Queiroz

Filme
"Chove em Santiago"

Compositor
Mozart

POLÍTICA NO FEMININO

MARY RODRIGUES

A questão do “género” na política tem feito correr muita tinta no que se pretende que seja um debate sobre a problemática da igualdade entre homens e mulheres e sobre a injustiça da discriminação baseada no sexo.

Desde o Estado Novo até aos nossos dias, muitas e notórias foram as mudanças registadas neste *dossier*, que, apesar dos progressos legais registados, persistem com situações não resolvidas.

Na arena pública esgrimem-se diversos argumentos a favor de medidas discriminatórias de fomento à participação da mulher, perante os quais germina uma certa resistência conceptual.

Entretanto, e muito apesar dos esforços feitos pelo Partido Socialista durante a governação de António Guterres, o panorama da participação feminina na política no nosso país continua longe de ser o ideal.

Também no universo laboral as discriminações resistem às vontades de inovação e mudança, que esbarram em atitudes acomodadas e fracas convicções.

Sem desvirtuar ou retirar mérito aos avanços significativos que, nesta matéria, foram conquistados pelo punho socialista, é preciso recordar que a percentagem de mulheres nos órgãos de soberania portuguesa é ainda deficitária (Governo 10%; Assembleia da República 12%; Presidências de Câmara 4% e Parlamento Europeu 12%).

Assim, importa, agora mais do que nunca, quando temos à porta um Governo de direita, não deixar adormecer ou silenciar o debate.

Neste sentido, o “Acção Socialista” quis deixar o seu contributo e contactou mulheres que protagonizam conscientemente situações de exclusividade e notabilidade participativa. Elisa Ferreira, ministra do Planeamento e



deputada por Braga; Helena Torres Marques, eurodeputada socialista; Jamila Madeira, líder da Juventude Socialista e parlamentar; e Maria do Céu Cunha Rego, presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas, foram as

vozes que, nestas páginas, registam algumas das suas ideias.

A secretária de Estado para a Igualdade, Maria do Céu Cunha Rego, enriquece o nosso *dossier* com um artigo de opinião, onde levanta

questões pertinentes para o debate em torno da questão da discriminação e que o órgão oficial do Partido Socialista publica na íntegra, pela mais-valia que representa para esta reflexão.

Habituada a ser a única mulher nos cenários profissionais e académicos pelos quais passou, Elisa Ferreira é hoje, ainda, a única mulher que desempenhou, durante os seis anos de governação socialista, funções ministeriais. A economista é, pois, um exemplo de participação feminina activa na vida política do País, que se manifesta consciente do carácter excepcional do seu percurso.

Apesar de não denunciar dificuldade especiais na sua *performance* governativa enquanto mulher, a actual titular da pasta do Planeamento verifica que o “género” é pouco relevante quando “as coisas correm bem”.

Todavia, “se algo corre mal, não falta quem se lembre de apontar que a responsável é uma senhora”, como se a incompetência fosse um exclusivo feminino.

A ministra refere-se ao problema da desigualdade entre homens e mulheres como sendo uma questão estrutural.

“As formas de poder segundo as quais a nossa sociedade se organiza estão masculinizadas” e isso gera “vícios de funcionamento que tendem a perpetuar-se, dificultando a participação das mulheres”, constata a governante, que aponta



a desorganização social como outro factor determinante para o auto-afastamento da população feminina das lides político partidárias. Apesar dos “passos muito positivos” que foram dados pelo Executivo socialista, as mulheres enfrentam diariamente a urgente necessidade de administrar o seu tempo com “demasiada exigência”.

Ora, “um País é mais bem gerido quando os dois géneros partilham as responsabilidades”, pelo que Elisa Ferreira não exclui a possibilidade de serem criados e utilizados mecanismos

ELISA FERREIRA

RESPONSABILIDADE PARTILHADA

potenciadores da participação feminina.

Neste sentido, a ministra referiu-se ao sistema de quotas, salvaguardando que, por princípio, este instrumento não lhe é caro, se associado a uma ideia de “protecção conotada com inferioridade”.

As quotas devem ser entendidas, na opinião da governante, como “uma ferramenta transitória e utilitária”, que não podem implicar o sacrifício de uma desejável afirmação da qualidade e da competência no serviço público e na actividade político-partidária.

A igualdade é um princípio que deve ser promovido a vários níveis, sobretudo ao nível da mentalidade e da legislação.

A preocupação do PS e de António Guterres com a criação de um Ministério que isolasse a

igualdade conferiu muita visibilidade à problemática, trouxe benefícios à causa, mas “primou uma grande dificuldade em apresentar serviço e obra feita”.

Sem ser vital, a criação de um Ministério para a Igualdade e, posteriormente de uma Secretaria de Estado para a Igualdade foi importante em termos de conferir contornos visíveis ao problema da disparidade.

Contudo, o equívoco fruto da impossibilidade de mostrar resultados a curto prazo num *dossier* vocacionado para a pedagogia e a negociação foi penalizante.

Mas, o essencial, no futuro, segundo Elisa Ferreira, é não fechar os olhos e cruzar os braços outra vez.

M.R.



A fase da eleição e não a do trabalho é onde se colocam mais problemas às mulheres, decorrentes não da sua falta de competência, disponibilidade, mas fruto de alguns preconceitos sociais que se fazem sentir em Portugal, contrariamente ao que acontece na Europa.

Helena Torres Marques é deputada eleita pelo PS para o Parlamento Europeu e garante que no hemisfério de Bruxelas não se sentem as diferenças de tratamento entre homens e mulheres, porque "o assunto da Igualdade é levado muito a sério".

Sendo a única mulher e representante portuguesa na Comissão Económica e Monetária, Helena Torres Marques diz que a paridade é vista, entre os Quinze, como uma prioridade.

"Não há assuntos tabus para as mulheres no Parlamento Europeu", testemunha, traçando para Portugal um cenário bem diferente. A economista manifesta sérias preocupações com os destinos da pasta da Igualdade e da Comissão para a Paridade na Assembleia da República, antevendo um rápido fim para estas duas criações do PS, no contexto da recentemente



HELENA TORRES MARQUES

ACABAR COM A EXCEÇÃO

como a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez e do sistema de representação mínima (quotas) não terão seguimento.

"É mais do que chegada a hora destes assuntos serem tratados e resolvidos, dando-lhes uma resposta civilizada", sustenta a eurodeputada, acrescentando que o Programa de Governo que o PS apresentou recentemente aos portugueses, consubstanciava um conjunto de medidas e preceitos que deveriam ser implementados e reforçados.

Convicta defensora do sistema de quotas, Helena Torres Marques cita os exemplos francês e belga, para já não falar dos países do Norte e Centro da Europa, para vincar no princípio da "verdadeira paridade" em qualquer eleição.

O Executivo de António Guterres acarinhou de forma evidente a questão da igualdade. Foi no

período de governação socialista que se referendou a questão do aborto, em que a violência doméstica passou a ser crime público e foi criada uma polícia especial.

A criação do Ministério da Igualdade foi, para a deputada europeia, "uma das melhores medidas do Governo do PS". O "maior erro" foi "ter acabado com ele".

Assim, o PS tem dado provas evidentes de preocupação nesta matéria. Foi o partido que elegeu mais deputadas para a Assembleia da República e que encetou iniciativas legislativas no sentido de tornar obrigatória a concessão de cinco dias de licença parental, numa tentativa de acrescentar mais direitos sociais aos homens. É que as mulheres precisam de mais tempo para poderem deixar de participar como exceções na vida do País, passando a ser norma.

M.R.

eleita maioria de direita.

Os receios de Helena Torres Marques ganham volume quando recorda que foi aprovado pela UE um Plano para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2000-2006 que implica financiamentos e que obriga a mudanças no cenário nacional. "A questão é saber com que contornos se farão essas alterações", questiona.

Segundo a deputada do PSE, a problemática da paridade sofrerá, com o governo de coligação Barroso/Portas, um retrocesso certo. *Dossiers*

O Departamento Nacional das Mulheres do Partido Socialista luta há mais de dez anos pela promoção da igualdade de direitos entre as mulheres e os homens, a participação paritária em todos os domínios da vida política, económica, cultural e social e pela inserção das mulheres na actividade partidária.

A presidente do Departamento garante que, "através desta estrutura, o PS tem agido, relativamente à temática da igualdade, em consonância com os ditames comunitários, das Nações Unidas e ainda da Internacional Socialista de Mulheres".

Maria do Carmo Romão destaca que os mínimos de representação das mulheres previstos nos Estatutos (25 por cento) constituem um recurso há muito tempo usado num elevado número de formações políticas.

"O Departamento Nacional tem contribuído para alertar o PS para as questões da igualdade, nomeadamente através de propostas legislativas, de seminários e congressos que são participados tanto por militantes como por independentes",



MARIA DO CARMO ROMÃO

RESPEITAR OS MÍNIMOS DA DEMOCRACIA PARITÁRIA

entender que "somente dando espaço às mulheres dentro e fora do Partido, é possível incrementar a sua contribuição para as decisões políticas, abrindo novos caminhos a outras mulheres e permitindo maior qualidade dos resultados dessas decisões, porque, assente na diversidade de opiniões, saberes e experiências que as mulheres representam".

Na mesma linha, o Gabinete chefiado por Maria do Carmo Romão sempre defendeu "a criação de um lugar de governo para a defesa das medidas de igualdade, bem como a criação de uma comissão parlamentar", pois "a democracia paritária – a verdadeira e completa democracia –, implica

observância da igualdade em todos os domínios da sociedade".

Segundo Maria do Carmo Romão, há muito trabalho ainda por fazer nesta matéria. "A participação acrescida das mulheres no trabalho e na educação, que actualmente se verifica, são o pressuposto para uma igualdade possível que exige ainda a participação em órgãos de decisão em todos os domínios, nomeadamente político", defende.

Mas para que estas transformações sejam uma realidade, "é preciso atribuir aos homens o dever e o direito de partilharem mais o espaço privado do bem-estar familiar".

M.R.

sobre temas "da maior actualidade", como a participação política das mulheres e vias para a sua implementação, o contributo destas para a criação de riqueza, a violência doméstica, a partilha de responsabilidades familiares e profissionais. Apostado no cumprimento da "quota" o Departamento tem proposto, de várias formas, o seu aumento, conforme determinações da ONU e mais recentemente da UE (30 por cento) por

Eleita em 2000 secretária-geral da Juventude Socialista, contenda em que venceu Ana Catarina Mendes, Jamila Madeira assegura que na JS nunca houve discriminação entre os sexos, até porque esta foi fundada num período em que a mulher tinha conquistado novas liberdades e garantias de participação, até então exclusivas do homem.

Na "Jota" houve sempre "uma verdadeira igualdade de tratamento e oportunidades, sem artifícios", assegura, explicando que, no PS, a visão desta problemática é necessariamente "diferente", uma vez que o Partido teve génese num período anterior à Revolução de Abril, procurando, por isso, enquadrar na esfera da militância mulheres que despertaram para a política numa fase mais tardia da sua vida.

Frisando nunca ter-se sentido discriminada por ser mulher, Jamila Madeira reconhece que na sociedade portuguesa há uma certa estigmatização da participação feminina, sobretudo em sectores de actividade mais tradicionalistas.



JAMILA MADEIRA

IGUALDADE SEM ARTIFÍCIOS

A jovem economista define a sociedade portuguesa como essencialmente "matriarcal", mas ressalva que esta característica não impede a inibição, para algumas mulheres menos favorecidas economicamente, das suas aspirações pessoais e profissionais.

Por isso, o poder político deve reforçar as estruturas de apoio social às famílias. "Estes instrumentos devem evoluir progressivamente e adequar-se aos horários e ritmos laborais das mulheres modernas, por forma a não afectar negativamente a sua *performance* familiar, social e profissional".

Da sua experiência no Parlamento, que prolongará na próxima legislatura, a jovem líder destaca que a bancada socialista não embarca

em sexismos. Jamila Madeira dá conta de "algum paternalismo" por parte dos decanos face aos deputados mais inexperientes, independentemente de serem homens ou mulheres.

Para quem despertou para a política aos 12 anos, quando participou na campanha de 1987, na eleição que deu a Cavaco Silva a primeira maioria absoluta, a palavra de ordem é "zelar pela representatividade democrática".

Jamila, que se inscreveu na JS com 14 anos, reitera aos 27 a sua confiança na democracia parlamentar e pretende continuar na Assembleia da República para "defender os eleitores e os seus interesses" contra uma coligação de direita, que lhe inspiram "maus presságios para o destino de Portugal".

M.R.



Podem as mulheres continuar a fazer o que a larga maioria sempre fez. Ou seja, a fazer de conta que não percebem, que são elas que não querem ter actividade política, que está tudo bem como está. Assim ninguém perde a face. A desigualdade entre as mulheres e os homens está ainda aí. No muito mais que às mulheres custa ganhar e manter consideração social.

MULHERES NA POLÍTICA

Das diversas áreas em que a participação das mulheres não era tradicional, aquela em que o desequilíbrio em relação aos homens ainda é mais flagrante é a actividade política. Há diversas razões para esse facto. Mas, em minha opinião a situação é a que é, porque nem as mulheres nem os homens ainda quiseram verdadeiramente que ela mudasse.

Quem é que sente urgência na mudança?

Fazem alguma falta as mulheres na actividade política?

A nossa Constituição, sobretudo desde a revisão de 1997, diz claramente que fazem.

Recordo o artigo 109º:

'A participação directa e activa de mulheres e homens na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos.' Daí que tanto o XIII como o XIV Governos tenham apresentado propostas de Lei à Assembleia da República para melhorar a situação. Como é sabido, por uma razão ou outra, não foram aprovadas. Também a União Europeia diz que as mulheres aí fazem falta, sobretudo depois da Recomendação do Conselho de 1996 relativa à participação equilibrada das mulheres e dos homens nos processos de tomada de decisão.

Di-lo o Conselho da Europa, já desde 1986, e da 1ª Conferência Ministerial Europeia sobre a igualdade entre homens e mulheres, que adoptou a Declaração sobre a igualdade entre as mulheres e os homens na vida pública e política e a Resolução sobre políticas e estratégias para alcançar a igualdade

na vida política e no processo de decisão.

Dizem-no as Nações Unidas, logo desde a Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979, que Portugal ratificou em 1980.

Refere o art. 7º alínea b) da Convenção: 'Os Estados Parte tomam todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra as mulheres na vida política e pública do País e, em particular, asseguram-lhes, em condições de igualdade com os homens, o direito de tomar parte na formulação da política do Estado e na sua execução, de ocupar empregos públicos e de exercer todos os cargos públicos a todos os níveis do governo'.

Na Conferência de Pequim e na Assembleia Especial que comemorou os 5 anos desta Conferência, de novo as Nações Unidas sublinharam a importância da participação equilibrada das mulheres e dos homens nos processos de decisão.

Assim sendo, o Estado português, a União Europeia e as organizações internacionais entendem que as mulheres fazem falta em lugares de decisão.

Por algum motivo haverá tanta coincidência.

E o motivo é a concretização da democracia e dos direitos humanos fundamentais.

E nós?

O que é que nós pensamos?

O que é que nos ensinaram, quando crianças e adolescentes sobre as mulheres e os homens?

E o que é que a vida nos ensinou?

Ainda acreditamos que faz algum sentido esse anacronismo que é a ditadura dos 'papéis sociais'?

Ainda aceitamos que há destino porque se nasceu homem ou porque se nasceu mulher?

Achamos bem que haja um papel activo, agressivo, dominador, conquistador, para os homens?

E um papel passivo, mediano, pacífico, submisso, para as mulheres?

Achamos bem que haja 'funções sociais específicas' ligadas à vida pública, a uma actividade remunerada, valorizada e poderes de organização da sociedade e de representação principalmente para os homens?

E, por outro lado, 'funções sociais específicas' ligadas à vida privada - o que inclui os cuidados e os serviços à família - o trabalho não remunerado e o poder de organizar a vida doméstica e familiar, principalmente para as mulheres?

Concordamos que os homens sejam independentes e que as mulheres sejam dependentes?

Concordamos que as diferenças biológicas entre os sexos que geraram o sistema patriarcal e a divisão quase estanque entre os homens e as mulheres do trabalho socialmente útil, se sobreponham aos direitos humanos, de que são, em igualdade, sujeitos, tanto as mulheres como os homens?

No fundo, concordamos nós com a igualdade?

Achamos bem que não haja assimetrias de poder entre as mulheres e os homens?

Que todos e todas sejamos sujeitos de todos os direitos e das inerentes responsabilidades?

Sabemos bem que por causa das diferenças de sexo, nos educaram de modo desigual.

Mas às diferenças dos sexos, que são biológicas e respeitam às duas expressões do ser humano - os homens e as mulheres - não têm, nas sociedades democráticas, que corresponder desigualdades, que se traduzem em hierarquização no valor e no reconhecimento social dos homens e das mulheres, quando uns e outras são reconhecidos iguais pelo direito.

Sabemos que ainda nós vemos, entre nós, desiguais.

Habitámo-nos ao longo de gerações. Por isso a desigualdade nos incomoda tão pouco.

Mas também sabemos que agora as escolhas são nossas.

Que nada nem ninguém se pode arrogar o direito de escolher a nossa vida.

Temos, homens e mulheres, o direito a participar na vida pública. Temos, homens e mulheres, o dever de participar na vida pública. E para isso temos, homens e mulheres, que ter condições iguais para exercer os nossos direitos e cumprir os nossos deveres.

Embora sem que explicitamente se refira, não falta quem faça sentir que o poder no espaço público não

é para as mulheres. Então não é verdade que elas até mandam mais porque mandam no espaço privado e que isso é muito mais importante?

Diz-se, por vezes das mulheres, que têm as mãos limpas. Que o poder no espaço público não lhes interessa, porque se interessasse já lá estavam. Que são moralmente superiores.

Diz-se também que isso não é urgente. Que antes disso há que cuidar da discriminação no mercado de trabalho, da eliminação da violência em função do sexo. Como se não estivesse tudo ligado. Como se as opções da organização social não dependessem do poder de quem, de facto, organiza.

Ou então diz-se que ninguém impede as mulheres de participar. Que até era bom que participassem mais, mas que elas dizem que têm mais que fazer.

Não terão as regras que mudar, se as actuais não respondem, a ponto de não suscitarem igual possibilidade ou igual interesse na participação, quer dos homens quer das mulheres?

Quem é que disse que as regras tinham que ser as mesmas de um tempo em que o desequilíbrio das mulheres e dos homens na participação política não era considerado, como é hoje, uma limitação grave à vivência democrática?

Quem e com que direito pode pensar que pode fazer, em exclusivo, as regras todas?

Quem é que disse que as mulheres tinham que aceitar as velhas armadilhas e continuar a concordar com elas?

Podem as mulheres continuar a fazer o que a larga maioria sempre fez. Ou seja, a fazer de conta que não percebem, que são elas que não querem ter actividade política, que está tudo bem como está. Assim ninguém perde a face. A desigualdade entre as mulheres e os homens está ainda aí. No muito mais que às mulheres custa ganhar e manter consideração social.

Ou podem as mulheres deixar de ter receio de deixar de receber os sorrisos gratos de quem sabe que nunca será posto em causa.

Vivemos bem assim? Ou a nossa tranquilidade é aparência?

Penso que é tempo de um largo debate participado, sincero, entre os homens e as mulheres, para falar da essência da vida e da organização social.

Que, na minha perspectiva, é o contrato de partilha de poderes e de responsabilidades entre as mulheres e os homens.

Um largo debate, sem culpas nem rancores, até conseguirmos conversas entre iguais.

Não considero possível a igualdade entre as mulheres e os homens, enquanto cada mulher e cada homem não admitir que esse é o caminho, para uma vida melhor.

E para isso há que lançar o tema de modo persistente e próximo das pessoas.

Há que tornar impensável que as mulheres, pelo facto de o serem, não encontrem o mesmo ambiente amigável que os homens encontram quando querem participar na vida pública e política.

Há que tornar impensável que as mulheres, porque são mães, têm limitações que os homens não têm, apesar de serem pais.

Há que tornar impensável que os homens, pelo facto de o serem, têm limitações, no investimento que queiram fazer na sua relação com os filhos.

Há que tornar impensável que seja a metade 'homem' do grupo social, a 'permitir', a 'conceder', a 'tolerar', que a metade 'mulher', participe, como igual, na vida política desse grupo social.

Há que tornar impensável que se sugira sequer que uma mulher 'tira o lugar' a um homem.

Numa república democrática, em nome de que direito têm os homens direito a lugares, que as mulheres não tenham por igual direito?

Qual é a diferença entre o exercício do poder político por direito de linhagem ou por direito de se ser do sexo que sempre o exerceu?

Espero que estas tenham sido as últimas eleições em Portugal em que se pensou em 'eleitorado', em que se assumiu que não há género, em que se construiu o discurso e a oferta para pessoas pseudo neutras.

Como se não fossemos ou homens ou mulheres.

Como se esse facto essencial para a forma como vivemos, não fosse essencial para a forma como nos propõem que vivamos.

Só se pode falar, em bom rigor, de interesse público, à luz da igual ponderação dos interesses das mulheres e dos homens.

Importa pois reequacionar os objectivos do interesse público, com vista a uma organização social renovada, a partir da participação equilibrada das mulheres e dos homens.

O que é que ainda continuamos disponíveis para aceitar?

Espero que sejamos capazes de nos pôr em causa.

Já é tempo.

E o tempo é o recurso mais escasso.



MARIA DO CÉU DA CUNHA RÊGO

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A IGUALDADE

SOBRE UM CONTRATO POLÍTICO



ALBERTO COSTA

O contrato político a que chegaram o partido vencedor das eleições e o CDS/PP e que suporta o próximo Executivo vai ao ponto de atribuir aos portugueses uma *"profunda crise de ambição colectiva"*. Mas é ele próprio um texto construído a partir de cláusulas vagas e indeterminadas, de escasso conteúdo e sem ambição. Passo a ilustrá-lo abordando algumas das matérias expressamente versadas no contrato.

Economia

A um diagnóstico tremendista da situação o que se segue afinal é a quase total vacuidade: palavras repetidas vezes proferidas sem qualquer mensagem específica. Ao contrário do que se proclama, quase se diria que a situação encontrada é de rotina – já que de pura rotina é o articulado político que se lhe aplica. Como objectivo, não se vai além da *"retoma da convergência com os nossos parceiros europeus"* – como se esta tivesse sido perdida – e pretende-se, como meta, que os níveis de desenvolvimento para Portugal sejam *"compatíveis com a União Europeia"*. O facto das duas partes contratantes se terem posto de acordo neste adjectivo (*"compatíveis"*) para definir um padrão de referência no quadro europeu para o desenvolvimento de Portugal é elucidativo. Segundo um dicionário à mão, compatível significa tão somente *"que pode existir juntamente com outro ou outros; conciliável"*. Convinhamos que em matéria de ambição se não voa alto...

Europa

O acordo raia a leveza do literário quando sublinha que, *"em particular na União Europeia"*, se verificou *"uma insustentável progressiva perda de influência de Portugal"*. Contudo, de balde se procurará qualquer orientação que traduza a convergência das posições dos partidos acerca da União. Com tanto dossier sobre a mesa europeia, a começar pelo próprio dossier respeitante ao futuro da Europa,

Uma coisa ficamos a saber: a reforma do sistema político não é uma daquelas que as partes consideram necessárias à modernização do País e sistematicamente adiadas. Dado este completo silêncio sobre a reforma do sistema político, é caso para perguntar se a revisão da Constituição não é sobretudo pretendida para que se tornem possíveis *"reformas estruturais"* contrárias à Constituição...

com a Convenção em curso, seria de esperar qualquer ideia que iluminasse ou esclarecesse a acção do futuro Executivo.

Mas não. O acordo é pura e simplesmente omissivo. Ou melhor, limita-se a seguir uma inspiração política análoga à que celebrou o ministro Abranhos: diagnosticada uma *"insustentável perda de influência na União Europeia"* toda a terapêutica contratualizada se vai resumir ... a um *"reforço da nossa influência na União Europeia"*. Em matéria de orientação europeia, há-de convir-se que não se poderá ser mais económico.

Reformas estruturais

No contrato verbera-se o *"adiamento sistemático das reformas estruturais à modernização do País"* e, como se trata de atribuir todo esse adiamento aos últimos seis anos, as partes contratantes são generosas a enunciar: educação, saúde, segurança social, justiça, forças armadas. Engana-se, contudo, quem espere ver no documento contratualizadas reformas estruturais em todos estes domínios, com aquele mínimo de especificação necessário para não constituírem apenas slogans e se saber ao menos em que sentido se quer ir. Mais: os compromissos respeitantes às sebastiânicas reformas estruturais não aparecem no texto mencionados nem com qualquer especificação ... nem sem ela!

Regiões autónomas

Seria de esperar, em particular na hora presente, que do acordo firmado resultasse um qualquer pensamento nacional sobre as regiões autónomas. Ou seja, que os dois partidos que vão governar se não limitassem a endossar um cheque em branco neste domínio a quem quer que fosse. Ora, tudo o que encontramos no acordo sobre esta matéria é uma cláusula de pura remissão para a autonomia estatutária dos órgãos regionais dos ...dois partidos. Num acordo que não dedica à autonomia regional um único princípio, conceito ou parâmetro, encontramos aqui o grau máximo de devolução do poder de decisão para órgãos partidários. Parafrazeando os redactores do acordo, deveríamos aqui falar da insustentável leveza duma cláusula.

Sistema político

A *"credibilidade do sistema político"* é declarada *"afectada"* pelas partes contratantes, que vêm na sua origem uma dramática *"crise de autoridade do Estado"*. O próximo processo de revisão constitucional é também evocado.

Não são, contudo, mencionados quaisquer aspectos da reforma do sistema político acerca dos quais as partes tenham chegado a acordo ou convirjam. Não é mesmo oferecida qualquer perspectiva, por mais ampla, da qual decorresse a abordagem que as partes terão no futuro dessa temática.

Uma coisa ficamos a saber: a reforma do sistema político não é uma daquelas que as partes consideram necessárias à modernização do País e sistematicamente adiadas. Dado este completo silêncio sobre a reforma do sistema político, é caso para perguntar se a revisão da Constituição não é sobretudo pretendida para que se tornem possíveis *"reformas estruturais"* contrárias à Constituição...

Valores

Se aos portugueses é diagnosticada *"uma profunda crise de valores e de ambição colectiva"*, era de recear que a terapêutica prescrita no acordo envolvesse também uma dose cavalari de valores. E assim aconteceu: é como se voltássemos ao tempo do velho *"Estado ético"*, em que a postura estatal, no plano das políticas, *"atitudes públicas"* e *"imperativos de acção"*, era chamada a veicular *"valores"* e contagiar dessa forma cidadãos declarados em *"profunda crise"*...

Lacónico ou omissivo noutros pontos, o acordo é eloquente acerca da *"ordem de valores"* dos seus redactores: o *"trabalho"* e a *"disciplina"* precedem todos os demais.

Seria sadismo exhibir erudição histórica e revelar quais foram os Estados do passado, nomeadamente entre nós, que colocaram esses *"valores"* à frente de outros, nos seus textos fundamentais. Afinal um contrato político de circunstância não deve ser confundido com qualquer texto fundamental e porventura os seus redactores, ao falar de *"trabalho"* e de *"disciplina"*, apenas terão querido passar a mensagem de que o mal fundamental de que padecem os portugueses é, aos seus olhos, a *"preguiça"* e a *"indisciplina"*. O que não afasta, antes agrava, uma desconfortável sensação de *déjà vu*.



Decorreram, pelo menos duas semanas, em que, nenhum dos nomes de primeira linha que tinham sido cogitados para a área das finanças acedeu a ser conseqüente e aceitar ser ministro; em que Dias Loureiro preferiu os negócios à política; em que as figuras que povoaram o imaginário governativo do PSD, nomeadamente no governo-sombra, não vão ver a luz do Sol.

NOTÍCIAS DO NOVO GOVERNO

À medida que se arrastam os dias até à formação do novo Governo PSD/PP, em que o "estado de graça" foi substituído pelo "estado de nega" (tantos foram os "nãos" que Durão Barroso parece ter ouvido), surgem na Comunicação Social nomes que suscitam algumas considerações.

A primeira tem a ver com a continuação do exercício de cargos públicos com sucessivas redes de sustentação, à moda do sistema político francês, em que um membro do Governo pode ser ao mesmo tempo presidente de câmara municipal. Não é um exclusivo do partido A ou B, é uma prática que se instalou, que assume particular relevância com a possibilidade de o presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais, eleito a 17 de Dezembro, poder vir a assumir uma pasta ministerial no Governo PSD/PP. É uma prática que impede a renovação dos titulares de cargos públicos e políticos, em que a relação com os eleitores é menosprezada perante a possibilidade de progressão na carreira política. Em eleições autárquicas, o peso do candidato a presidente da câmara pode ser um factor decisivo para a obtenção de uma vitória eleitoral. Em Oeiras, o PS ganha nas eleições legislativas e Isaltino tem ganho nas eleições autárquicas. Os eleitores estabeleceram uma relação de confiança que será agora quebrada. Isaltino Morais limitar-se-á a suspender o mandato de presidente não vá o casamento governativo entre o PSD e o PP entrar em crise conjugal.

A segunda tem a ver com as negas e as dificuldades com que o líder do PSD se tem deparado para formar Governo. Decorreram, pelo menos duas semanas, em que, nenhum dos nomes de primeira linha que tinham sido cogitados para a área das finanças acedeu a ser conseqüente e aceitar ser ministro; em que Dias Loureiro preferiu os negócios à política; em que as figuras que povoaram o imaginário governativo do PSD, nomeadamente no governo-sombra, não vão ver a luz do Sol. Durão Barroso e o PSD que sempre formularam juízos de valor sobre as formações dos Governos PS por António Guterres são agora confrontados com dificuldades que nunca compreenderam. E de nada lhes valerá a, já tradicional, invocação da conjuntura negra para justificar as negas, algumas certamente alicerçadas na ponderação entre o alto risco de exposição que constitui a participação num governo e a continuação de uma carreira profissional no sector privado. Ou será que o líder do PSD só tinha candidatos a membros do Governo num cenário de maioria absoluta?

A terceira está relacionada com a transparência com factor fundamental de confiança nas democracias modernas. Há na nossa democracia uma espécie de presunção de desconfiança nos titulares de

cargos públicos que, embora possa radicar em erros cometidos por alguns, subsiste à conta de pequenos exemplos como o que poderá ocorrer com a posse da pasta da saúde por um cidadão que até à poucos dias era administrador do Grupo Mello, grupo económico com interesses no sector privado da saúde. E se a responsabilidade decorrente do exercício de um cargo público redobra a exigência, não será menos verdade que outros cidadãos que exercem funções sociais com impacto igual ou superior deveriam estar sujeitos a idênticas regras de ética e transparência. Se aos titulares de cargos públicos é exigido o preenchimento e depósito de uma declaração de registo de interesses e património no início e final das funções, porque razão essa exigência não é extensível aos níveis de chefia das administrações públicas, central, regional e local, aos juizes e os jornalistas? Porque motivo, quem se arvora como arauto da ética e da moralidade da "res publica", não tem de fazer prova de não ser adepto de Frei Tomás? Não terá um órgão de comunicação social, com elevada regularidade, mais poder do que um membro do governo ou um deputado? Sobretudo, quando os factos são preferencialmente convertidos em notícias se forem negativos e, como reconheceu Judite de Sousa no seu livro "Olá Mariana", a objectividade não existe. Onde existir um ser humano há um interesse, a questão central está em garantir que um cidadão no exercício de uma função com relevância social não é tolhido na sua acção por razões que possam distorcer o normal desenvolvimento das suas competências. Nos próximos dias assistiremos ao pintar dos mais negros quadros da situação política, económica e social do Portugal Moderno, será bom que o novo primeiro-ministro não impute a outros, responsabilidades que já começam a ser suas, desde logo, as da formação do Governo.



ANTÓNIO GALAMBA

[...] Tenho assistido (nestes últimos anos...) a discursos que parecem dizer uma coisa, mas realmente querem significar outra... Seria útil por isso que o "Acção Socialista" fosse o palco do confronto de visões diferentes de estimados socialistas. Há aqui que privilegiar, em minha opinião, o exercício de correntes abertas e nítidas para que cada um saiba o que há, para poder escolher.

FICAR OU NÃO NA FOTOGRAFIA

Também no Porto há afloramentos de uma discussão que irá atravessar o PS, até ao Congresso – e mesmo certamente depois dele... A questão é simples: que caminho deve percorrer o PS de modo a recuperar algum espaço perdido? Melhor dito: deve o PS escolher outra via que não aquela que sufragou? Ainda mais claro: terá de escolher um projecto "mais à esquerda" ou deve procurar compreender as novas linhas de força que alastram do "centro"?

Digamos que há a percepção de uma "crise larvar" do ponto de vista da postura que o PS deve assumir, agora na oposição, ao "requentado cavaquismo". Dir-me-ão, atentos, que há uma não-urgência no levantar destas questões. E, no entanto, são já públicos os testemunhos de gente preocupada em assegurar legitimidade à discussão que aí vem.

Talvez, igualmente, exista em alguns a ideia de que bastará saber esperar, visto que o Governo da Direita ajudar-nos-á a compreender e a fazer compreender aos portugueses a substantiva diferença que existe face a um Governo do PS. O tempo dirá a razão.

Na Comissão Política da Federação do Porto observou-se já algumas "notas" que prenunciam o debate interno: uns tentando apontar a dedo os erros cometidos tentando desculpabilizarem-se; e outros, como eu próprio assumindo responsabilmente a derrota que é, afinal, de todos.

O que é ser de Esquerda, hoje?

Recorrente a pergunta, a resposta só pode ser: não ser de Direita! Simples, mas clara. Se tivermos presente que "as funções sociais do Estado" recolheram com o PS incentivos e dotações como nunca sucedeu, logo se vê que os governos socialistas foram de Esquerda. Ou não?

Isto é: se o PS voltar a ser chamado à responsabilidade do Estado deve inverter a "linha de rumo" que foi desenhada desde 1996? Deve deixar à sua sorte os mais frágeis e desprotegidos? Deve recusar que a Educação/Formação Profissional é a "chave" das portas do futuro?

Não creio nisso!

O erro – os erros... – foi querer fazer tudo ao mesmo tempo e, é claro, também a irresistível tentação de não dizer "não!" a alguém, por mais poderoso que fosse ou que seja.

Daí, para mim, ser claro que o PS não precisa de se reencontrar ideologicamente, mas, sim, de não deixar arrastar os pés ao sabor da música que se ouve...

O "segredo" é, portanto, o de como "arrumar a casa" – a partir das bases de funcionamento (os "estatutos"), e do funcionamento activo dos seus órgãos e dos seus militantes. Há tempo – o mais

precioso dos elementos políticos.

Mas isso não vai impedir que não haja divergências. Seria bom que ocorressem. Sem sofismas. E, infelizmente, tenho assistido (nestes últimos anos...) a discursos que parecem dizer uma coisa, mas realmente querem significar outra... Seria útil por isso que o "Acção Socialista" fosse o palco do confronto de visões diferentes de estimados socialistas. Há aqui que privilegiar, em minha opinião, o exercício de correntes abertas e nítidas para que cada um saiba o que há, para poder escolher.

O que será intolerável – e nem acredito isso ser possível! – é o anatemizar deste ou daquele, em função de conjunturas mais ou menos volúveis e circunstanciais. O PS é no Porto – e no Norte – a Esquerda. Não a "possível" como teimam em dizer os temerosos que receiam ver o seu nome estampado no "Avante!" ou no discurso dos "esquerdistas de gin tónico" que é o BE...

Temos, no Porto, (e no Norte) que reformular métodos e processos, refazer e recuperar compromissos. Designadamente quando se tem, fora de portas, uma sociedade onde, por exemplo, só no Distrito portuense, se dispõe de mais de 18% de um todo de quase dois milhões com 14 anos e que serão chamados as urnas na próxima consulta legislativa...

Devemos discutir aqui tudo (e todos) – antes, até do Congresso de Novembro. Por isso, haverá que trabalhar cuidadosamente, mas a tempo. Para evitar fulanizações ou a habitual gesto de ficar na "paragem do autocarro" à espera do lugar... Claro que isto, supõe expormo-nos. E isso, talvez, não seja apetecível pelos que teimam em aguardar pela sua hora... Esta é a hora!

Sinceramente: não podemos aceitar que os outros (a Direita e o seu governo, ou a Comunicação Social) façam o que nos compete. Eu sei que "quem se mexer não fica na fotografia...", mas prefiro isso, a que deixe que algo mude para tudo ficar na mesma.



JOSÉ SARAIVA

BEJA

AUTARCAS DO PS RECONDUZIDOS NA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

Os dois autarcas do Partido Socialista que estavam demissionários do Conselho de Administração da Associação de Municípios do Distrito de Beja (AMDB), devido a contestarem a linha editorial pró-CDU do "Diário do Alentejo", foram reconduzidos nos cargos.

A decisão foi tomada em reunião da Assembleia Intermunicipal da AMDB, realizada em Beja, tendo os associados chegado a um consenso quanto à recondução de António Paiva (presidente do Conselho de Administração) e Pulido Valente (vogal). "Todas as autarquias consideraram que os dois autarcas deveriam retomar as suas funções no CA e que, dentro de um mês, aquele órgão possa voltar a discutir o futuro da AMDB, nomeadamente uma linha estratégica para o "Diário do Alentejo", explicou um representante do PS, António Camilo (Odemira), no final do encontro.

António Paiva e Pulido Valente, presidentes das autarquias de Alvíto e Mértola, respectivamente, demitiram-se do Conselho de Administração (CA) da AMDB, no final de Fevereiro, por os vogais da CDU e do PSD, mais uma vez aliados, terem recusado uma proposta de reestruturação do jornal "Diário do Alentejo", que incluía a substituição do director.

A AMDB, que integra as 18 autarquias do Baixo Alentejo (incluindo as quatro do litoral alentejano), é proprietária do semanário regionalista "Diário do Alentejo".

A linha editorial do jornal foi, ao longo dos anos, contestada pelos autarcas socialistas, que denunciaram o facto do "Diário do Alentejo" privilegiar a informação dos concelhos geridos pela CDU, força política que sempre teve maioria na AMDB.



No entanto, as autárquicas de Dezembro ditaram uma nova correlação de forças - comunistas e socialistas ficaram com igual número de associados (oito cada), cabendo ao PSD funcionar como fiel da balança (dois municípios) - e os autarcas do PS voltaram a reclamar alterações no jornal.

Os dois representantes socialistas no CA deverão agora, durante o próximo mês, voltar a preparar uma proposta de reestruturação do semanário, segundo referiu o porta-voz do PS. "Foi consensual que essa proposta deve ser discutida no CA e não na Assembleia Intermunicipal, mas também todos reconheceram que é necessário mudar o que se passa no jornal, que foi sempre o pomo de discórdia entre os municípios", disse António Camilo.

Caso o Conselho de Administração (que integra dois representantes do PS e dois da CDU, assim como um do PSD) volte a bloquear a reestruturação do semanário, os municípios socialistas admitem abandonar de vez a AMDB.

"O associativismo das câmaras no Baixo Alentejo não se esgota na AMDB e já temos vindo a discutir essa situação. Mas nada está decidido", alertou António Camilo.

SUIÇA

FEDERAÇÃO CONGRATULA-SE COM REELEIÇÃO DE CARLOS LUÍS

Conhecidos os resultados das eleições legislativas portuguesas nos círculos da emigração, a Federação da Suíça do Partido Socialista emitiu um comunicado no qual "felicitou o deputado Carlos Luís pela sua reeleição como digno representante dos emigrantes portugueses, que é o fruto do empenhamento dos socialistas da emigração, mas sobretudo do trabalho sério e abnegado que este parlamentar socialista tem desenvolvido ao longo dos últimos anos em prol das comunidades portuguesas no estrangeiro". A Federação do PS/Suíça "saúda calorosamente os portugueses residentes na Europa e, em particular na Suíça, agradecendo profundamente aos milhares de emigrantes portugueses que, mais uma vez, renovaram a sua confiança no Partido Socialista e nas suas políticas dirigidas à emigração, sufragando o PS como a maior força política portuguesa no seio da diáspora lusa no Velho Continente".

Falta de pudor dos dirigentes laranja

Apesar da "vitória inequívoca" do Partido Socialista no círculo da Europa, o comunicado refere que "os dirigentes laranja, com a arrogância que os caracteriza e com o apoio de uma certa imprensa autista, tentam omitir esta realidade, procurando fazer crer que na emigração existe apenas um círculo eleitoral e que os portugueses residentes na Europa quiseram tirar o PS do Governo".

"Mas que falta de pudor e de respeito para com os emigrantes portugueses na Europa", acusa o PS/Suíça.

No comunicado, os socialistas da Suíça manifestam ainda o seu "apreço e reconhecimento" a João Rui de Almeida que, através da sua curta passagem à frente da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, "conseguiu reforçar os valores da amizade e da solidariedade entre a diáspora portuguesa, granjeando o respeito e simpatia de todos, e conseguindo apagar os rastros de arrogância e prepotência que outros deixaram na sua passagem pelo Governo".

Por último, a Federação da Suíça do PS apela aos militantes socialistas e à sociedade civil "para que se mantenham vigilantes e que as gargantas não se caíem na hora de denunciar aqueles que prometeram o "Paraíso Emigrante", acrescentando que "os emigrantes portugueses na Europa perderam um Governo, mas não perderam a alma".

CARLOS LUÍS ACUSA DURÃO DE FALTAR À VERDADE

O deputado eleito do PS pelo Círculo da Europa, Carlos Luís, considerou hoje, quinta-feira, que o primeiro-ministro indigitado, Durão Barroso, "faltou à verdade", quando anunciou durante a campanha eleitoral aos emigrantes que seria criado um ministério das Comunidades junto da Presidência da República.

A promessa terá sido reiterada durante a campanha e no programa de Governo do PSD, tendo sido aproveitada pelos candidatos como trave-mestra das suas campanhas", frisou Carlos Luís. A prioridade de Carlos Luís no Parlamento será a revisão da lei do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Quanto ao Governo, a prioridade deverá ser dada ao "cumprimento das promessas eleitorais que fez aos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro", considera o deputado do PS.

BENELUX

COMUNIDADES DEFRAUDADAS

O PS/Benelux acusou Durão Barroso de "defraudar as expectativas das nossas comunidades" ao criar o Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, quando aquilo que diversas vezes prometeu foi criar um ministro-adjunto com funções exclusivas para a área das comunidades".

Em comunicado, os socialistas do Benelux consideram que com esta solução "Durão Barroso está a enganar as comunidades portuguesas porque cria a ilusão que lhes está a dar mais do que prometeu, quando na realidade lhes está a dar menos do que tinham".

Para o PS/Benelux, a situação é agora pior, porque "deixa as comunidades portuguesas totalmente diluídas no Ministério dos Negócios Estrangeiros, confirmando assim o sentido instrumental e a displicência com que o PSD sempre as tratou".

Os socialistas do Benelux referem ainda que "esta é a prova de que o PSD não merecia a expressiva vitória que alcançou nos círculos da emigração".

SUIÇA

PS DENUNCIA BURLA À EMIGRAÇÃO

A Federação do PS/Suíça considerou hoje, quinta-feira, que Durão Barroso "burlou os emigrantes" com a promessa da criação de um ministro-adjunto, sugerindo que os três deputados do PSD eleitos pela emigração "recusam tomar posse".

Em comunicado assinado por Manuel de Melo, a Federação do PS/Suíça refere que, conhecido o elenco ministerial apresentado por Durão Barroso, "verifica-se que o tão propalado ministro-adjunto prometido pelo PPD/PSD, varreu-se por completo da memória 'barrosista', deixando alguns milhares de emigrantes órfãos do santo milagreiro das comunidades portuguesas".

"Sem fôlego devem ter ficado, também, os recém eleitos deputados do PSD pela emigração, que ficaram encostados à parede e a quem restam agora duas saídas: ou continuam a alimentar a fraude perpetrada por Durão Barroso e pelo seu Partido, valendo-lhes o desprezo dos emigrantes portugueses ou denunciam esta farsa e recusam-se tomar posse no Parlamento, continuando a merecer o respeito e consideração de todos os portugueses no Mundo", lê-se no documento.

Para quem é minimamente conhecedor dos mecanismos que envolvem a actividade diplomática e consular, refere o comunicado, "facilmente se apercebeu que o prometido ministro-adjunto seria apenas virtual".

Se forem aceites listas incompletas, aparecerão várias listas nas Secções e nelas haverá verdadeiras eleições. Veremos aparecerem no próximo Congresso inúmeras caras novas, por iniciativa própria e que não pediram a autorização de ninguém. Será esse o verdadeiro sinal do começo do renovamento do PS.

Caro Vicente Jorge Silva,

Agradou-me bastante a notícia que li ontem nos jornais de que vai entrar para o PS para contribuir para a sua "renovação profunda". Tomo a iniciativa de lhe enviar para a Assembleia da República um exemplar dos Estatutos do PS e um suplemento do "Acção Socialista" com as três moções globais apresentadas no último Congresso, uma assinada pelo António Guterres, outra pelo Henrique Neto e outra por mim e outros, e um outro com todas as moções sectoriais apresentadas ao XII Congresso.

Com estes elementos, que receberá quando for à Assembleia tomar posse, faço-lhe um pedido e lanço-lhe um repto.

Como pode ver na alínea h) do artigo 15 dos Estatutos do PS, é um dever dos militantes "assinar o Acção Socialista, órgão oficial do partido". O PS tem cerca de 100.000 militantes e a "A.S." cerca de 5 000 assinantes. Trata-se, pois, de um dever bem pouco cumprido. O pedido que lhe faço é o de, como novo militante, assinar o "AS", e como jornalista nela passar a escrever.

O renovamento do PS exige, em absoluto, que o PS tenha um órgão que permita à massa dos seus militantes transmitir informações entre si. Esse órgão só pode ser o "AS". Com o simbolismo da sua assinatura desde o início da sua militância e com a sua colaboração de jornalista, o seu contributo pode ser muito válido para a maior divulgação do "AS".

Quanto ao repto. Penso que o VJS não será capaz de apresentar nenhuma ideia verdadeiramente importante para a renovação do PS que não tenha já sido apresentada numa das duas moções globais apresentadas ao último Congresso subscritas pelo Henrique Neto e por mim, a primeira mais virada para os problemas do relacionamento do PS com o exterior e a segunda para os problemas da sua reestruturação interna, ou numa das muitas moções sectoriais igualmente apresentadas ao XII Congresso. Creio que não estará também preparado para apresentar nenhuma proposta estatutária da eleição dos órgãos dirigentes do Partido mais válida do que a apresentada por mim e pelo Coelho da Fonseca, em dois Congressos sucessivos em que foi adiada revisão dos Estatutos.

Fica, pois, o repto. Se o VJS tem algo inovador a dizer sobre estes matérias que o apresente no "AS" e também, se possível – é altamente desejável – em jornais de grande circulação. Se eu ler algo de novo, não deixarei de dar a mão à palmatória.

Para terminar uma palavra sobre o renovamento do PS.

O PS tem, neste momento, um líder que, num curtíssimo período, o pôs a vibrar em consonância. E tem tempo na frente. São as condições ideais para poder promover uma renovação profunda que

CARTA A VICENTE JORGE SILVA NOVO MILITANTE DO PS

o prepare para o desempenho do papel que o país dele espera: recuperar o poder e exercê-lo bem. Para isso precisa, nalguma medida, de se reinventar.

Mas será esta renovação possível no próximo Congresso?

Basicamente, vai depender de uma só palavra. Se no Regulamento do próximo Congresso for exigido, como no último, que os delegados das Secções sejam obrigatoriamente apresentados em listas completas (e com 50 por cento de suplentes), a grande maioria dos delegados das Secções serão eleitos em listas únicas, o que significa que os delegados que aparecerão no próximo Congresso a aplaudir Ferro Rodrigues e a eleger os novos órgãos do partido, serão mais ou menos os mesmos que aplaudiram António Guterres na anterior reunião magna.

Se forem aceites listas incompletas, aparecerão várias listas nas Secções e nelas haverá verdadeiras eleições. Veremos aparecerem no próximo Congresso inúmeras caras novas, por iniciativa própria e que não pediram a autorização de ninguém. Será esse o verdadeiro sinal do começo do renovamento do PS.

No primeiro caso, o Vicente Jorge Silva será, certamente, eleito delegado no topo de uma lista, provavelmente única. No segundo, será também certamente eleito, mas terá o gosto de aprender a disputar votos na sua Secção.



ANTÓNIO BROTAS

Se atentarmos nesta mescla, facilmente concluiremos que não tinha o novo primeiro-ministro outro leque de opções para além daquele de que se serviu, ficando claro na Convenção ultramediatizada que realizou no Coliseu em Lisboa, que todas as personalidades presentes e discursantes não eram mais do que meros catalisadores de uma reacção não química mas eleitoral.

O nosso António Aleixo, homem de um profundo conhecimento vivencial, costumava dizer, autocaracterizando-se que era "(...) apenas fruto do meio em que foi criado". Esta "máxima" do nosso poeta popular aplica-se sobremaneira ao Governo de que todos acabámos de ter conhecimento.

O indigitado primeiro-ministro utilizou durante toda a campanha o "ardil da renovação", fazendo-nos crer que ganhando apresentaria um conjunto de personalidades de relevante envergadura. Assim, num primeiro momento pode parecer-nos que mentiu ao eleitorado, contudo estou em crer que foi absolutamente coerente com aquilo que disse, sobretudo porque ele é um "produto do meio em que foi criado", mais precisamente uma mescla de um passado de extrema-esquerda que fez uma depuração até ao Cavaquismo "yuppi" dos anos 90.

Se atentarmos nesta mescla, facilmente concluiremos que não tinha o novo primeiro-ministro outro leque de opções para além daquele de que se serviu, ficando claro na Convenção ultramediatizada que realizou no Coliseu em Lisboa, que todas as personalidades presentes e discursantes não eram mais do que meros catalisadores de uma reacção não química mas eleitoral. Devo, pois, dizer que este novo Governo, pelas figuras de que se constitui, é uma sucessão lógica do activo político de Durão Barroso onde sempre pontificou uma notória rigidez de postura, de permeio com uma pretensa flexibilidade social, manietada por um namoro constante a poderosos interesses económicos onde pontifica a "eficiência" mas não a proficiência económico-financeira. Sublinhe-se, também, que os grandes operadores económicos estão aparentemente satisfeitos com este novo Governo, pois ainda não conseguiram perceber – nem nós –, quais vão ser as primeiras grandes medidas de contenção da despesa pública quando todos sabemos, claramente, que foram maioritariamente as autarquias laranja que contribuíram em Dezembro de 2001 para o agravamento dos valores da dívida pública, tendo sido há poucos dias legitimadas por esse "baluarte da democracia regional e local" chamado Alberto João Jardim.

Há pois, um "modus operandi" laranja que toma invariavelmente a política numa perspectiva

O ARDIL DA RENOVAÇÃO!

instrumental, não olhando assim aos meios para atingir os seus fins.

Chegados às vésperas de 6 de Abril podemos, pois, afirmar que aqueles que presumivelmente poderiam vir a ser ministros, foram "coerentes" afastando-se de um barrosismo cavaquista que a breve trecho se tornará num obstáculo à paz e a concertação sociais; que se tornará numa força de bloqueio à evolução livre e independente da produção científico-natural; que dificultará no que puder o contributo de milhares de imigrantes para o desenvolvimento do País; que não abrirá portas a um desenvolvimento económico sustentado.

Direi, em jeito de conclusão, que os tempos que se aproximam deverão ser, para os socialistas, para os portugueses, tempos de alerta máximo preparando, desde já, o futuro na perspectiva de uma assumpção antecipada de novas responsabilidades, pois "contrariamente" ao que disse Duarte Lima aos microfones da TSF – "[o novo Governo] é um Governo razoável" – este novo Governo não é mais que uma razoável premonição do velho aforismo popular "Não vá o sapateiro além do chinelo".



PAULO ALBERNAZ

A SEMANA PREVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, estará presente na cerimónia de posse do novo Governo, que terá lugar no próximo sábado, no Palácio da Ajuda.

É eleita a nova direcção da bancada parlamentar do Partido Socialista cujo líder deverá ser António Costa.

A Assembleia da República retoma a normal actividade parlamentar.

Os eurodeputados Helena Torres Marques e Manuel dos Santos promovem, em Lisboa, uma audição pública sobre a nova regulamentação proposta pela Comissão Europeia para o sector da distribuição automóvel.

Decorre em Estrasburgo a sessão plenária de Abril do Parlamento Europeu, durante a qual serão votados os relatórios de Luís Marinho, sobre a determinação do Estado responsável pela análise de um pedido de asilo, e de Elisa Damião, sobre a protecção contra os riscos derivados da exposição ao amianto.

Reunião do Secretariado Nacional do PS na terça-feira, 9 de Abril.

ACÇÃO SOCIALISTA

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Brisa (Sede)

Quinta da Torre da Aguilha Edifício Brisa
2785-599 São Domingos de Rana
Telefone Geral - 21 444 85 00

Rede Ferroviária Nacional - REFER EP

Estação Sta. Apolónia
1100-105 Lisboa
Tel: 21 881 60 00

Aeroportos de Portugal SA - ANA

Sítio Aeroporto de Lisboa, Aerogare
110 Lisboa
Tel: 21 841 35 00

Metropolitano de Lisboa - EP-Geral

Avenida Sidónio Pais, 1
1050 Lisboa
Tel: 21 355 84 57

Federação da Área Urbana de Lisboa - FAUL

Rua de São Pedro de Alcântara, 81
1250 Lisboa
Tel: 21 346 19 65

Sede Nacional do Partido Socialista

Largo do Rato, 2
1269-143 Lisboa
Tel: 21 382 22 000



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



Quero assinar o **Acção Socialista** na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista

Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

**O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados**